



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

PRÁTICAS RETÓRICAS NA HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA

André Sekkel Cerqueira*

O presente estudo pretende apresentar um dos caminhos possíveis para se estudar o tema da cultura escrita no século XVII. Como referências e bases que sustentam a minha argumentação, uso principalmente João Adolfo Hansen, Ivan Teixeira, Marcello Moreira, Carlo Ginzburg, Fernando Bouza, Antonio Castillo Gómez, Roger Chartier, Reinhart Koselleck. A minha questão no estudo da cultura escrita baseia-se na ideia de *prática*. Entendo que é necessário estudar os usos do material escrito, como fez Bouza – que, inclusive, nos mostra sentidos e significados do escrito no XVII muito diversos daqueles com os quais estamos acostumados. É o caso das cartas de toques e de outros papéis escritos que tinham uma função mágica ou ritual, tal como ainda acontece hoje, por exemplo, com as pílulas do Frei Galvão.

Entretanto, o que proponho é olharmos para as práticas de quem escreve. Podemos, aqui, abrir o leque de estudo para os materiais utilizados pelo escritor: a pluma, a tinta, o papel, o ambiente no qual escreve etc. Ainda não é disso que tratarei. Pretendo desenvolver um estudo que procure entender por que o escritor usa tal argumento e não outro, ou por que escreveu tal coisa e não outra, ou de onde o escritor tirou tal exemplo. Em suma, pretendo estudar as práticas retóricas como práticas da cultura letrada no século XVII.

* Mestrando do Programa Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Antes de desenvolver essa ideia, quero lembrar o que Koselleck disse sobre a categoria de experiência anterior ao século XVIII. Ela é, segundo ele,

... espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável [...] porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros.¹

Com isso, entendo que para alguém do século XVII a Antiguidade não era totalmente estranha, pois fazia parte daquele tempo histórico. Ela era atualizada de diversas formas usando-se a máxima *historia magistra vitae*, que é, inclusive, uma fórmula de Cícero: “A história, testemunha dos séculos, chama da verdade, alma da memória, mestra da vida, intérprete do passado, qual voz, senão aquela do orador, pode torná-la imortal?” [*Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uestustatis, qua uoce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*] (*De oratore*, livro II, IX, 36). Essa noção de história fica mais clara ao se ler textos dessa época, nos quais há constantemente citações de *auctoritas* antigas, como Aristóteles, Platão, Cícero, Quintiliano, Luciano, Hermógenes, Homero, Tácito, Tito-Lívio, Plutarco, Ovídeo, Horácio e outros.

João Adolfo Hansen² e Ivan Teixeira³ mostraram que do século IV a.C. até a metade do XVIII – no caso de Portugal e suas colônias até as reformas do Marquês de Pombal – vigorava a *instituição retórica* greco-latina, que regulava as práticas discursivas. Entendo, portanto, retórica como uma técnica (*tékhnē*), arte (*ars*), ou uma *tékhnē rhetoriké*, em grego, *ars rhetorica*, em latim, arte retórica, em português. Como aponta Hansen, não há uma unicidade que define previamente algo como *A Retórica*. Antes, existem artes retóricas (no plural), as quais têm sentido prático e são deformadas segundo os usos que, em determinado tempo e lugar, fazem dela. O nome de Aristóteles, por exemplo, foi generalizado por esses diversos usos como “princípio unitário de

¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC Rio, 2006. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira, p. 311.

² HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*. *Revista USP*, São Paulo, n. 71, setembro/novembro, 2006, pp. 85-105. Ou HANSEN, João Adolfo. Romantismo & barroco. *Teresa revista de literatura brasileira*, São Paulo, n. 12/13, 2013, pp. 50-64. Ou HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul/dez 2013, pp. 11-46.

³ TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo, Edusp, 1999.

autorização da autoria e da autoridade da discursividade: 'A 'Retórica' segundo Aristóteles".⁴ Dessa forma, não foi a *Retórica* de Aristóteles o princípio da *Instituição oratória* de Quintiliano, mas *Instituição oratória* que recorreu à *auctoritas* Aristóteles para autorizar seus enunciados.⁵ Assim também aconteceu com Cícero, quando, em 1421, foi achado o texto do *De Oratore* e Lorenzo Valla propôs que o orador romano era “retor e chefe do povo” (*rector et dux populi*).

Se Aristóteles é o modelo a ser imitado, tratemos brevemente de sua *Retórica*. Logo no começo lemos o seguinte: “A retórica é a outra face da dialética”.⁶ Ora, o que isso quer dizer? Bem, a dialética à qual se refere o Estagirita busca o conhecimento da verdade a partir do silogismo lógico, cujo exemplo todos devem conhecer: todo homem é mortal. Sócrates é homem. Portanto, Sócrates é mortal. A retórica, por sua vez, busca o convencimento, ou, como aparece na *Retórica*, “Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir.”⁷ Persuade-se pelo caráter, pela disposição dos ouvintes e pelo discurso, “quando mostramos a verdade ou o que parece verdade”,⁸ ou seja, o verossímil. Para se chegar ao verossímil usa-se o entimema, que seria um silogismo mais simples onde elimina-se a parte óbvia e conhecida por todos. Assim, é possível dizer: Sócrates é mortal porque é homem. Como é sabido por todos que os homens são mortais, não é necessário dizê-lo. Bem, segundo Aristóteles são três os gêneros retóricos, o deliberativo, judicial e epidítico (ou político, forense e demonstrativo), os quais articulam-se com o futuro, passado e presente, respectivamente. Além disso, o Anônimo da *Retórica a Herênio* afirmou, alguns séculos depois, que o orador deve ter **invenção** (que é a “descoberta de coisas verdadeira ou verossímeis que tornem a causa provável), **disposição** (é a “ordenação e disposição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar”), **elocução** (“é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção”), **memória** (“é a firme apreensão, no ânimo, das coisas,

⁴ HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul/dez 2013, pp. 11-46, p. 17.

⁵ Cf. HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul/dez 2013, pp. 11-46, p. 18.

⁶ ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhause Alberto e Abel do Nascimento Pena. (Coleção obras completas de Aristóteles), p. 5.

⁷ ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhause Alberto e Abel do Nascimento Pena. (Coleção obras completas de Aristóteles), p. 12.

⁸ ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhause Alberto e Abel do Nascimento Pena. (Coleção obras completas de Aristóteles), p. 14.

das palavras e da disposição”) e **pronúncia** (“é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto”). Tudo isso pode ser alcançado por três meios, segundo o Anônimo da *Retórica a Herênio*: arte, imitação e exercício. Cada uma das cinco partes são aplicadas às seis partes do discurso: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão.⁹

A arte retórica está presente em Portugal há muito tempo. Aníbal Pinto de Castro nos conta que foi D. Duarte quem pediu a tradução do *Da Invenção*, de Cícero, feita entre 1421-23, para o castelhano. Alguns anos mais tarde, o Infante D. Henrique doou umas casas para que nelas se pudessem aprender todas as ciências aprovadas pela Igreja – as sete artes liberais: gramática, lógica, retórica, aritmética, música, geometria e astrologia. O Infante D. Pedro, por sua vez, traduziu o *Do Ofício*, também de Cícero. Como se pode perceber, o orador romano era a base dos estudos retóricos em Portugal, junto com Quintiliano. Rodolfo Agrícola, inclusive, baseou seu *De inventione dialectica* nos ensinamentos dos dois. Com o passar do tempo, porém, quando a Companhia de Jesus, em 1555, passou a tomar conta do Colégio das Artes (fundado em 1548 por D. João III), Aristóteles foi reintroduzido no ensino português. Padre Cipriano Soares, professor do colégio, propõe o estudo baseado no Estagirita por um simples motivo: fora através da imitação da *Retórica* que Cícero e Quintiliano escreveram seus tratados – melhor que os imitadores é estudar o imitado.¹⁰ Era o contexto da Contra-Reforma. O Concílio de Trento terminou, como nos conta Christian Mouchel, com a descrição do *optimus praedicator*, que unia o modelo agostiniano da subordinação dos signos às coisas com o modelo aristotélico-ciceroniano do bom orador, o qual persuade o auditório e seu discurso é “o bom espelho das coisas sagradas e profanas” [*le beau miroir des choses sacrées et profanes*].¹¹ Como é sabido, a Companhia de Jesus era uma das mais importantes instituições contra-reformistas e desempenhou um papel importante no ensino português. Os jesuítas fundaram muitos colégios em todo Portugal e também em suas colônias. Seu manual de estudo, o *Ratio Studiorum*, baseado em um humanismo intelectual, como

⁹ Até o século XV a *Retórica a Herênio* era atribuída a Cícero por conta da semelhança entre ela e o *Da Invenção*. [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. pp. 55-57.

¹⁰ CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal*. Do humanismo ao neoclassicismo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2ª ed., 2008.

¹¹ MOUCHEL, Christian. Rhétoriques post-tridentines (1570-1600): la fabrique d'une société chrétienne, in: FUMAROLI, Marc (org.). *Histoire de la rhétorique moderne – 1450-1950*. Paris: PUF, 1999, p. 445.

afirma Mouchel, garantia que fosse ensinado a mesma coisa no interior da Bahia, em São Paulo, em Goa, em Lisboa e todas as outras regiões de domínio português. Era garantido, dessa forma, um conhecimento comum, ou seja, partilhado por todos os que frequentaram as escolas.

Minha pesquisa de mestrado, pretende estudar aquilo que ficou conhecido como paratextos preliminares, ou seja: cartas ao leitor, dedicatórias, prólogos, proêmios e outros aparatos desse tipo. Talvez a classificação como *paratexto* não seja adequada, pois pressupõe categorias românticas, dadas *a priori*, dentro das quais colocaremos aquilo que encontrarmos durante a análise. Mais interessante é analisar esses textos dentro dos gêneros aos quais pertencem, sem prévias classificações.

Feita essa introdução, o meu intuito é mostrar como aqueles que escreveram, no século XVII português, aplicaram as técnicas retóricas. No Prólogo de *Prosopopéia*, Bento Teixeira começa por usar o *ut pictura poesis* horaciano propondo a sua poesia como uma pintura. Seguindo os ensinamentos das artes retóricas, Teixeira sabe que o prólogo, como exórdio do poema, deve captar a benevolência de seu ouvinte ou leitor. Segundo a *Retórica a Herênio*, podemos conseguir isso de quatro maneiras: “baseados em nossa pessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria.”¹² Na *Prosopopéia* o autor escolhe se basear na própria pessoa. Vejamos o que se deve fazer, então, seguindo os ensinamentos do Anônimo da *Retórica a Herênio*:

Baseados em nossa pessoa, obteremos benevolência se louvarmos nosso ofício sem arrogância; também se mencionarmos o que fizemos para o bem da República, de nossos pais, amigos ou daqueles que nos ouvem, desde que tudo isso seja acomodado à causa que defendemos; também se declararmos nossas desvantagens, desgraças, desamparo, desventura e rogarmos que nos venham em auxílio, dizendo que não queremos depositar nossas esperanças em outrem.¹³

Bento Teixeira, então, escreve assim:

... assim eu, querendo debuxar com obstrato pincel de meu engenho a viva imagem da vida e feitos memoráveis de vossa mercê, quis primeiro fazer este rascunho, para depois, sendo-me concedido por vossa mercê, ir mui particularmente pintando os membros desta imagem, se não me

¹² [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. p. 59.

¹³ [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. p. 59.

faltar a tinta do favor de vossa mercê, a quem peço, humildemente, receba minhas rimas, por serem as primícias com que tento servi-lo.¹⁴

O poema épico apresentado seria um “rascunho” da obra a ser pintada. Teixeira, assim, apresenta-se humildemente, procurando fazer seus ouvintes atentos e dóceis para o que pretende expor na sequência.

Outro exemplo, dessa vez em obra de gênero histórico. Peguemos a *Historia de Portugal Restaurado*, de D. Luis de Menezes, Conde de Ericeira, impressa em 1679. Na dedicatória que faz a D. Pedro (“Ao serenissimo principe nosso s.”), vemos aplicadas regras já estabelecidas nos mais antigos manuais de retórica. Segundo a *Retórica a Herênio*, o elogio pode ser feito das coisas externas (ascendência, educação, riqueza, poder, glória, cidadania, amizades etc.), do corpo (é o que a natureza lhe atribuiu, como rapidez, força, beleza, saúde etc.) e do ânimo (prudência, justiça, coragem, modéstia etc.).¹⁵ Vamos, então, ao texto do Conde da Ericeira:

... no generoso espirito de Vossa Alteza quiz a Providencia divina dar a Portugal hu Principe de acções tam reguladas & virtuosas, que não depende de exemplares para o acerto dellas, & a Vossa Alteza huns Vassallos tam igualmente ornados de todas as virtudes moraes, que, como a Via Lactea entre as Estrelas, corre no Campo Celeste desta historia a gloria de referilas, sendo o movimento principal de seus valerosos impulsos, & maravilhosos sucessos, o brilhante Sol que amanheceu a esta Monarquia, em o sobre todos Excellente Monarca o senhor Rey Dom João o Quarto de immortal memoria, Soberano Heroe, que o benevolo influxo dos Astros concedeu por Pay a Vossa Alteza.¹⁶

Vemos neste trecho alguns tópicos do elogio serem aplicados: do ânimo as “acções tam reguladas & virtuosas, que não depende de exemplares para o acerto dellas”; das coisas externas os “Vassallos tam igualmente ornados de todas as virtudes moraes” e a ascendência que é D. João IV “de immortal memoria, Soberano Heroe, que o benevolo influxo dos Astros concedeu por Pay a Vossa Alteza”.

Em outra passagem lemos o seguinte:

Esta grande vida, senhor, com mays felicidade no intento, do que posso esperar na execução, comprehende este volume: por ser escrito pela

¹⁴ TEIXEIRA, Bento. Prosopopéia, in: TEIXEIRA, Ivan (org.). Multiclássicos – Épicos. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2008, pp. 121-122.

¹⁵ [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. p. 161.

¹⁶ MENEZES, D. Luis, Conde da Ericeira. *Historia de portugal restaurado*. Lisboa: 1679.

maõ de hu Vassalo que não cede a outro algum no amor & zelo de servir a Vossa Alteza, busco no patrocínio de Vossa Alteza a segurança de não ser censurado, reconhecendo tam claramente a minha insuficiencia, que só livro as esperanças de não padecer na censura dos Leytores os castigos da ingnorancia desta empresa, em que a grandeza & piedade de Vossa Alteza, que tem conseguido imperar tam igualmente nas vontades como nos entendimentos, usará de expressa ley para que senão conheça, ne se falle nos meus erros, tendo adquerido esta confiança, assim de repetidas honras & beneficios, que sem merecimento alcanço da generosidade Real de Vossa Alteza, como em que pelas causas, que com evidencia se reconhece~ superiores, se deve Vossa Alteza considerar muyto empenhado no acerto desta historia, obrigado desta fé.¹⁷

Aqui vemos aplicadas outras regras prescritas pelo Anônimo da *Retórica a Herênio*. Ele diz podermos usar, para captar a benevolência do público, quando se trata do exórdio, a introdução: “Há ocasião para a introdução quando, sem demora, deixamos os ouvintes com boa disposição de ânimo para nos ouvir”.¹⁸ A tópica largamente usada para isso era a da falsa modéstia, na qual o autor se diz inferior ao assunto tratado – Cícero afirma poder-se conquistar a benevolência do auditório se se fizer uma prece e uma adjução humilde e suplicante [“*si prece et obsecratione humili ac supplicii utemur*”, *Da Invenção*, Livro I, XVI, 22]¹⁹ –, ou afirmando que o texto apresentado não é digno de elogios e é a benevolência do monarca que o fez escrever.²⁰ É exatamente isso o que vemos no que escreveu o Conde da Ericeira quando afirma que é a grandeza de D. Pedro que pode protegê-lo da censura dos leitores porque ele se diz insuficiente e ignorante para conseguir dar conta da empreitada.

Na sequência, já no “Prologo”, há uma curiosa atualização de uma tópica de Luciano de Samósata, que em seu tratado *Como se deve escrever a história*, do século II d.C. (um dos únicos tratados sobre o tema, mesmo no século XVII), afirma

... que seu pensamento [do historiador] se torne semelhante a um espelho impoluto [...] e qualquer que seja a forma dos fatos que recebe, assim os mostre, sem nenhuma distorção, diferença de cor ou alteração de aspecto. [...] é preciso considerar que quem escreve a história deve assemelhar-se a um Fídias, um Praxíteles, um Alcâmenes ou outro artista desse tipo, já que nenhum deles criou o ouro, a prata, o marfim

¹⁷ MENEZES, D. Luis, Conde da Ericeira. *Historia de portugal restaurado*, Lisboa: 1679.

¹⁸ [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. p. 57.

¹⁹ CÍCERO. *De l’Invention*. Paris: Les Belles Lettres, 2002, p. 77.

²⁰ Cf. CURTIUS, Ernst. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2013, pp. 123-131.

ou algum outro material, que, pelo contrário, já existia e estava disponível [...] Eles apenas moldavam, cortavam o marfim, poliam, colavam, ajustavam e ornavam-no com ouro – sendo esta a sua arte: tratar a matéria como se deve.²¹

O Conde da Ericeira assim escreve:

Julgo por muyto errada a opiniaõ commua, que assenta, que a historia he paralelo da pintura: porque ha tanto mays privilegiado o pintor que o Escritor, q teve lugar Apelles, pondo em publico hua sua figura que havia pintado, de lhe emendar a roupa, que hum artifice dellas lhe cõdenou por imperfeyta, & de castigar a ouzadia de outro, que não sendo pintor se atreveu a arguirlhe o perfil da figura. Não he concedida aos Escriitores tanta liberdade: porque no mesmo ponto que os sinetes do prelo acabaram de sellar a historia que escrevéram, logo perdéram toda a acção de emendãla, & na difficuldade de satisfazer a hum Mundo de juizos diversos, fica provado o desengano, de que não pode haver historia bem avaliada de todos.²²

Claro que há, por trás do que está escrito no excerto logo acima, regras retóricas. Trata-se a de captar a benevolência do leitor a partir da “nossa pessoa”, declarando as nossas desvantagens e rogando que venham em axílio. No caso, o Conde da Ericeira usa um lugar-comum, que é a comparação do historiador com o pintor – como aparece no manual de Luciano – para afirmar que a tarefa do primeiro é muito mais complicada porque não pode, depois de impresso o livro, corrigi-lo. Fica implícito, porém, que tal como o pintor, o historiador deve “tratar a matéria como se deve”, tornando-se “espelho impoluto”. Aqui, a menção a Apelles é justamente para reforçar isso, pois desde Plínio, o Velho, este pintor é considerado o mais excelente. Ele teria pintado um quadro, no qual haviam algumas uvas; todos admiravam sua arte, pois pássaros sempre se chocavam na sua pintura por causa da perfeição dessas uvas. Apelles teria respondido aos elogios afirmando que sua arte não era perfeita: se fosse, os pássaros ficariam com medo do menino que estava ao lado.

Ressaltemos que Luciano escrever seu tratado no século II d. C. e Luis de Menezes teve impresso seu livro em 1679 – um momento em que a imprensa já havia se consolidado e se difundido pela Europa. É por isso que ele faz questão de ressaltar essa diferença (que não existia nos anos 100) entre o pintor e o historiador. Cabe notar,

²¹ SAMÓATA, Luciano de. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2006, p. 77.

²² MENEZES, D. Luis, Conde da Ericeira. *Historia de portugal restaurado*. Lisboa: Officina de Joaõ Galraõ, 1679, p. iij.

também, que se os dois se assemelham, pois o historiador – assim como o pintor – trata do verossímil e que é próprio de sua técnica colocar diante dos olhos aquilo que se descreve. Por isso é comum o uso da *ekphrasis*²³ (“escutando-o, alguém julga ver o que é dito”, como preceitua Luciano) nos discursos de gênero histórico.

Uma outra questão para a qual gostaria de ressaltar, é que no mesmo *História de Portugal Restaurado*, na “Aprovaçam” que Dom Antonio Alveres da Cunha escreve há informações sobre o que é próprio do ofício do historiador. Enfatizando que olhou o livro por conta de sua obediência ao monarca, afirma que o fez

com toda a atenção, tanto por obedecer a V. A. quanto por refrescar a memória em sucessos, que de muitos fuy testemunha, & por estes vejo a verdade com que escreve todos, q he o prumeyro fundamento da historia, & passando as de mays partes de historiador, neste livro se vé o estilo elegante, os periodos breves & sentenciosos, debayxo da penna lhes cahem as reflexões, sem que se quebre por hu instante o fio da historia, no labyrintho de tantos sucessos em contrados & varios²⁴.

Em Luciano, há um parágrafo no qual o historiador ideal é descrito:

assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela; alguém que não admita nem omita nada por ódio ou amizade...²⁵

Então, comparando os dois trechos – o primeiro do século XVII e o segundo do século II d. C. – vemos que a concepção de como o historiador deve ser e escrever a história é a mesma: Cunha afirma que a verdade é o primeiro fundamento da história, enquanto Luciano pretende que o historiador seja “amigo da franqueza e da verdade”; Cunha ainda comenta o estilo da escrita do Conde da Ericeira – outro fundamento do historiador –, que usa períodos breves e não deixa quebrar o “fio da historia, no labyrintho de tantos sucessos em contrados & varios”. Luciano, numa outra passagem, justamente afirma, quando comente como deve ser o estilo de quem escreve a história, que os fatos devem estar articulados como uma corrente para não ficarem esfacelados ou justapostos:

²³ Sobre o assunto, cf. SINKEVISQUE, Eduardo. “Usos da ecfraze no gênero histórico seiscentista”. *História da historiografia*, Ouro Preto, nº 12, pp. 45-62, ago. 2013.

²⁴ CUNHA, Dom Antonio Alveres da. “Aprovaçam”, In MENEZES, D. Luis, Conde da Ericeira. *Historia de portugal restaurado*. Lisboa: Officina de João Galraõ, 1679, sem número de página.

²⁵ SAMÓSSATA, Luciano de. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009. Tradução: Jacyntho Lins Brandão, p.71.

que seja ornado com as virtudes da narrativa [...], uniforme e consistente, de modo que não tenha proeminências nem vazios. Em seguida, que floresça a clareza [...]. [Os fatos,] apresentará acabados e completos: tendo terminado o primeiro, introduzirá o segundo, relacionado com ele e articulado à maneira de uma corrente, de modo que não fique tudo esfacelado e haja muitas narrativas justapostas umas às outras²⁶.

Procuramos, em fim, mostrar como o estudo das preceptivas retóricas podem nos ajudar a analisar os textos preliminares dos livros de gênero histórico. Nos trechos que foram apresentados aqui, pode-se notar que há toda uma espécie de preparação do leitor para o que virá a seguir no livro, tanto do conteúdo quanto do caráter da obra. Na “Aprovaçam” fica fácil de notar isso, quando Dom Antonio Alveres da Cunha comenta sobre a Restauração e de como pode rememorar os acontecimentos dela ao ler *História de Portugal Restaurado*; também em outro momento, quando ressalta o caráter do autor, o qual, segundo ele pode nos garantir (porque ele mesmo viu acontecerem os fatos), escreve tudo com verdade. Por fim, vemos uma concepção (de longuíssima duração) do que seria o historiador e, conseqüentemente, a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra.

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhause Alberto e Abel do Nascimento Pena. (Coleção obras completas de Aristóteles).

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal*. Do humanismo ao neoclassicismo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2ª ed., 2008.

CÍCERO. *De l'Invention*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

CUNHA, Dom Antonio Alveres da. “Aprovaçam”, In MENEZES, D. Luis, Conde da Ericeira. *Historia de portugal restaurado*. Lisboa: Officina de João Galraõ, 1679.

CURTIUS, Ernst. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2013.

²⁶ SAMÓSATA, Luciano de. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009. Tradução: Jacyntho Lins Brandão, p.79.

HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*. *Revista USP*, São Paulo, n. 71, setembro/novembro, 2006, pp. 85-105. Ou HANSEN, João Adolfo. Romantismo & barroco. *Teresa revista de literatura brasileira*, São Paulo, n. 12/13, 2013, pp. 50-64. Ou HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul/dez 2013, pp. 11-46.

_____, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul/dez 2013, pp. 11-46.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC Rio, 2006. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira, p. 311.

MENEZES, D. Luis, Conde da Ericeira. *Historia de portugal restaurado*. Lisboa: Officina de João Galvão, 1679.

MOUCHEL, Christian. Rhétoriques post-tridentines (1570-1600): la fabrique d'une société chrétienne, in: FUMAROLI, Marc (org.). *Histoire de la rhétorique moderne – 1450-1950*. Paris: PUF, 1999.

SAMÓSATA, Luciano de. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009. Tradução: Jacyntho Lins Brandão.

SINKEVISQUE, Eduardo. “Usos da ecfrase no gênero histórico seiscentista”. *História da historiografia*, Ouro Preto, nº 12, pp. 45-62, ago. 2013.

TEIXEIRA, Bento. Prosopopéia, in: TEIXEIRA, Ivan (org.). *Multiclássicos – Épicos*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2008.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo, Edusp, 1999.

